



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Campus Avançado Itabirito
Direção Geral
Rua José Benedito, 139 - Bairro Santa Efigênia - CEP 35450-000 - Itabirito - MG
- www.ifmg.edu.br

**Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho
Acadêmico do IFMG - Campus Avançado Itabirito,
realizada em 30 de março de 2020.**

Às 19:00 horas do dia 30 do mês de março de 2020 reuniu-se o Conselho Acadêmico do Campus por meio de videoconferência (<https://meet.google.com/cui-ejid-wox>). Estiveram presentes, os seguintes membros: Presidente: **Daniel Delfino França Fonseca**. Representante da Coordenadoria de Extensão: **Márcio Xavier Corrêa**. Representante da Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: **Aderlan Gomes da Silva**, Representante da Coordenadoria de Administração e Planejamento: **Leandro Henrique Vidigal Sousa**. Representante dos Técnicos Administrativos: **Veríssimo Amaral Matias e Magali Soares da Silva**. Representante do corpo docente: **Kleber Mazione Lima Ferreira e Marcus Vinícius de Freitas Diadelmo**. Representante do corpo discente (Engenharia): **Israel de Oliveira Morais**. Representante do corpo discente (Automação Industrial): **Aysha Vitória Rafaella Pires Braga de Oliveira e Thaiany Fernandes de Deus Silva**. O Presidente do Conselho iniciou a reunião apresentando os itens de pauta e contextualizando os membros do Conselho sobre a importância desta reunião para a definição dos próximos passos neste momento de paralisação por conta do combate à COVID-19. Daniel apresenta as duas estudantes eleitas para a representação discente do Curso Técnico em Automação Industrial, sendo Aysha Vitória a representante titular e Thaiany Fernandes a representante suplente. Ressalta que a estudante Rysia Pereira, eleita para ser a representante suplente informou que não poderia assumir a representação, ficando portanto Thaiany com esta função. Daniel explica ainda que a eleição destes representantes fez-se necessária pois os dois estudantes representantes do Curso Técnico formaram-se no final do ano de 2019, e antes que o Conselho pudesse se reunir para novas eleições, houve a necessidade da paralisação das atividades. Outra informação dada pelo presidente explica que uma nova portaria com esta composição, incluindo as representantes discentes recém eleitas, será emitida posteriormente a essa reunião e todas as outras representações serão mantidas uma vez que a paralisação impede que façamos uma discussão mais detalhada dos processos. Daniel exemplifica que Leandro Vidigal apesar de não ocupar a função de Coordenador de Administração e Planejamento (CAP) não o impede de ser o representante do setor neste Conselho, bem como outros representantes. Destaca ainda que, ao organizar as documentações do Conselho Acadêmico desde 2015, identificou que não foram feitas as portarias de composição do Conselho desde dezembro de 2017. Em consulta ao Gabinete da Reitoria, a servidora Flávia Rocha informou que não vê ilegalidade nesta situação mas uma inobservância (omissão) do regulamento pela Direção anterior e que para convalidar as decisões anteriores do Conselho sugere que a atual Direção emita uma portaria citando cada composição e por quanto tempo esteve válida. Dessa forma, Daniel reforça que a composição atual permaneça até que ele possa regularizar estas demandas e posteriormente convocar o Conselho para a indicação e eleição de novos membros. Nesse momento, o grupo discute o tempo de permanência de cada membro no Conselho Acadêmico. Daniel apresenta um questionamento do estudante Israel, segundo o qual este conselho já teria discutido em outro momento o assunto, definindo que cada mandato deveria durar 2 anos. Marcus, tomando a palavra, sugeriu que se verificasse essa questão na primeira ata da reunião do Conselho Acadêmico. Dando prosseguimento, Daniel passa para o segundo ponto de pauta, onde o grupo deve deliberar pela substituição ou não de aulas presenciais por atividades não presenciais. Dessa maneira, Daniel repassa os documentos enviados na convocação, fazendo a leitura do Capítulo VII da IN nº 2 de 20 de março de 2020. Após a leitura, Israel pergunta de onde retornaria o calendário, caso haja suspensão. Daniel informa que o calendário continua de onde parou, tendo em vista complementar as cargas horárias das disciplinas. Magali completa que lembrando que não será necessário o cumprimento dos 200 dias letivos conforme decreto recente do Governo Federal. Na sequência, o servidor Márcio toma a palavra dizendo que gostaria de ouvir os alunos. Para ele, a IN não aprofunda uma série de questões e ignora a realidade sobre acesso

de professores e alunos às ferramentas necessárias para o ensino à distância. Para ele, a tomada de decisão necessitaria de maiores informações. Antes de passar a palavra aos representantes discentes, Daniel acrescenta que a pesquisa realizada junto aos docentes levou em consideração apenas a opinião de cada um acerca do processo. Dessa maneira, ela não permite verificar as condições dos docentes sobre as ferramentas. Tomando a palavra, Israel afirma que no que se refere aos alunos da graduação, as demandas são oriundas, sobretudo dos o que estão prestes a se formar. A principal queixa é o atraso na formatura, caso haja suspensão. Em relação à viabilidade de aulas não presenciais, Israel informa que acesso dos alunos às ferramentas é amplo. Em seguida, a estudante Aysha apresenta os dados coletados da pesquisa que foi realizada por eles junto aos estudantes do curso técnico integrado em automação industrial. Dos 186 estudantes matriculados, 108 responderam ao questionário. Destes, 64,8% se posicionaram contrários à substituição de aulas presenciais por atividades não presenciais. Aproveitando o contexto, Daniel apresenta os relatórios dos questionários de acesso a internet que foram realizados junto aos alunos do técnico e do superior. Além disso, apresenta a o relatório contendo o posicionamento dos docentes. Daniel ressalta, além disso, que na Engenharia, apesar de haver 100% de acesso à internet, esse acesso nem sempre é feito pelo computador, mas pelo celular. Kleber, em seguida, traz a perspectiva docente sobre o assunto. Ele afirma que no dia 25 de março, a Direção de Ensino fez uma consulta ao corpo docente sobre a posição em relação à substituição de aulas presenciais por atividades não presenciais. 47,6% dos docentes votaram pela suspensão do calendário, 38,1% defenderam a substituição e 14,3% se abstiveram. Dessa forma, Kleber conclui que os docentes não acham interessante a adaptação das aulas. Kleber relata que realizou uma conversa com docentes que já trabalharam com EAD e eles manifestam preocupação em relação à falta de preparo e planejamento. Outra coisa levantada pelos docentes, segundo Kleber, foi a questão social e a diferença de acesso que os alunos possam manifestar, dificultando a possibilidade de um ensino de plena qualidade a todos. Magali concorda com o professor Kleber e com a posição dos docentes, e completa que nossos alunos do primeiro ano do curso técnico estão ainda despreparados para estas aulas. O professor Marcus, em seguida, complementa a posição apresentada pelo Kleber. Segundo ele, em conversa com os docentes, sobretudo os da engenharia, o principal detalhe levantado é a dificuldade de apresentar conteúdos e a sequência de aulas práticas. Mesmo que a prática seja pequena, ela não é aglomerada ao fim do curso. Dessa forma, segundo ele, as atividades não presenciais poderiam desorganizar a distribuição da disciplina, prejudicando o planejamento. A preocupação principal se refere à qualidade das disciplinas. Em sequência, Israel questiona se haveria a possibilidade de algumas disciplinas serem *online* e outras não. Ou de um curso ser *online* e o outro presencial quando voltarem. Daniel responde que há uma orientação para que tudo funcione de forma homogênea nos *campi*, uma vez que muitos docentes trabalham nos dois cursos. Isso significa que, caso um curso opte pelas atividades não presenciais e o outro não, o professor atuaria nesse momento e posteriormente trabalharia novamente na reposição das aulas para o outro curso. Com relação às aulas, Daniel afirma que elas podem sim ter pesos diferentes em relação à oferta de atividades não presenciais. Tudo isso dependeria do plano de ação a ser elaborado pelos colegiados dos cursos. Marcus, em seguida, questiona sobre a possibilidade de cada colegiado votar de um jeito, caso esse conselho opte pela substituição. O grupo entende que, caso isso ocorra, o Conselho Acadêmico poderá interferir, visto que os planos de ação dependem da aprovação do conselho. Na sequência, Márcio toma a palavra afirmando que a IN engessa o processo. Estabelece uma série de etapas para a aprovação. Para ele, mesmo se houver a aprovação, existem muitos trâmites que vão atrasar o processo. Além disso, ainda há o tempo que os profissionais precisarão para preparar os materiais. Ele ressalta que é sensível aos estudantes da engenharia, mas vê a substituição com receio, uma vez que não estamos preparados para essa oferta. O servidor Leandro, em seguida, afirma que a IN define 3 etapas para a aprovação. Para ele, o que esse conselho deveria fazer é manifestar sua posição em relação ao desejo ou não de aderir à oferta de atividades não presenciais. Ele defende que a discussão sobre as possibilidades técnicas e práticas, ou seja, a operacionalização do processo, seria mais adequada nos colegiados. Ele relata também preocupação sobre a imprevisibilidade de retorno das aulas presenciais, citando que na China, as aulas retornarão apenas em setembro. O professor Aderlan, tomando a palavra, afirma que há a possibilidade de prolongamento do calendário e alteração das férias, mesmo se optarmos pelo ensino remoto. Segundo ele, trata-se de um contexto de anormalidade, em que as coisas não estão tão bem definidas. Daniel, no mesmo caminho, lembra a todos que a autorização do MEC é de 30 dias prorrogáveis por mais 30. Em seguida, Israel afirma que em relação ao posicionamento dos docentes, ele concorda que vai haver queda de qualidade se ocorrerem atividades não presenciais. Para ele, já havia materiais do IFMG prontos. Ele questiona, então, se tudo deveria ser criado do zero. Daniel responde que o IFMG até tem, mas como não se trata de EAD, não haveria a possibilidade de utilizar. O EAD demanda uma série de condições técnicas e procedimentais, as quais o campus Itabirito não dispõe no momento. Em resumo, os materiais e todo o resto deveria sim ser criado do zero. Israel, em seguida, pergunta sobre os

TCCs dos formandos, serão cancelados. Se precisar usar laboratório, está bloqueado? Sobre a utilização dos laboratórios, Daniel responde que a princípio sim, está bloqueada. Em relação aos TCCs, Magali afirma que seria possível ocorrerem orientações *online*, bem como defesas por videoconferência. Márcio informa a Israel que, a suspensão do calendário suspende os prazos a ele ligados. Todos os prazos seriam repensados conforme novo calendário. Israel então questiona se seria necessário fazer pedido de postergação de apresentação dos trabalhos de TCC. Márcio reforça que a solicitação de prorrogação do prazo precisa do aval do orientador/coordenador a partir do andamento do trabalho. Assim que a decisão for tomada, a coordenação pode solicitar ao RCAE para alinharem procedimentos a serem tomados. O professor Bruno, na sequência, posiciona-se afirmando que o atual contexto é de instabilidade, onde o mundo como um todo preocupa-se com uma questão mais ampla. Dessa forma, ele defende que de fato tudo isso irá afetar o *campus* e a dinâmica das aulas. Ele afirma que vê com muita preocupação a escolha às pressas pela substituição, onde o planejamento não adequado possa derrubar a qualidade das aulas. Bruno afirma ainda que enquanto docente, nesses moldes não seria capaz de ofertar uma aula com a mesma qualidade. O servidor Veríssimo, na sequência, se posiciona reforçando a fala do Kleber. Para ele, as coisas não estão bem definidas. Se não é um EAD, como seria esse procedimento? A estudante Aysha, logo em seguida, pergunta como seriam as avaliações. Bruno responde que a IN não apresenta nenhuma orientação nesse sentido. Dessa forma, para ele, os procedimentos de avaliação, bem como a distribuição de conteúdos, deveria ser proposta pelos colegiados na construção dos planos de ação. Em seguida, Kleber propõe que na ata desta reunião, caso o grupo decida pela suspensão do Calendário, seja mencionado que os professores podem encaminhar atividades para os alunos, deixando claro, evidentemente, que elas não substituiriam carga horária, tampouco dias letivos. Leandro retoma a palavra, afirmando que há muitas opiniões vagas. Segundo ele, o argumento de que a qualidade das aulas vai cair é frágil. Para ele, a tomada de decisão necessita de aprofundamento e acredita que este conselho poderia encaminhar a discussão para os colegiados. Márcio acha o momento oportuno para a discussão. E questiona “Como definir um voto sem discussão?” Dar expectativa aos discentes e depois não conseguir atender com satisfação é pior. Os professores não são obrigados a criar materiais do zero. Nossos cursos são práticos, não há como pensar em disciplinas isoladamente. Magali complementa dizendo que Temos que pensar que é um período atípico. Não dá para pensar em um grupo e/ou outro. Os alunos sejam da Engenharia ou Automação e 1/3 dos alunos do planeta estão sem aula neste momento. Qualquer decisão irá afetar positivamente ou negativamente um determinado grupo. Como estamos em um curso de Engenharia e Automação que necessitam das aulas práticas, temos que discutir. Leandro reforça que essa decisão deve ser baseada somente na opinião. O maior questionamento dele é em relação à questão técnica das aulas não presenciais. Se é possível ou não, e que o Colegiado deveria ser uma instância ouvida; e que suspender o calendário no Conselho Acadêmico inviabilizaria ouvir os representantes dos Colegiados de Curso. Israel, em seguida, defende que a decisão seja tomada com responsabilidade e com muita clareza. Ele concorda plenamente que todos nós seremos afetados por essa crise e não tem como escapar disso, mas acho que todos nós temos que fazer o possível para minimizar os impactos dessa crise com criatividade e boa vontade. Kleber completa que deve existir criatividade, boa vontade, e também muita responsabilidade. Israel sugere que o mais certo seríamos ter planos pra curto, médio e longo prazo, uma vez que não sabemos quando essa crise passará. Ele sugere que podemos suspender agora mas ter planos pra médio e longo prazo. Solicita ainda que a comunicação seja forte e clara em relação aos estudantes, mesmo se houver suspensão do Calendário Acadêmico. Ele afirma que, como a autorização para a suspensão é de 30 dias, que isso seja claro aos alunos. Bruno, em seguida, toma a palavra informando que a autorização do MEC não é para a suspensão, mas sim para a substituição das aulas presenciais por atividades não presenciais. Segundo ele, as aulas presenciais no IFMG seguem suspensas por tempo indeterminado. Bruno afirma ainda, em resposta ao servidor Leandro, que não considera vago o argumento de que a qualidade do ensino vai cair. Segundo ele, não se trata de dizer que aulas a distância possuem qualidade inferior, mas que nesses moldes, sem tempo hábil para um planejamento adequado, é provável que as disciplinas não sejam tão bem trabalhadas. Aderlan, na sequência, concorda que o ensino remoto exige planejamento para ter uma execução adequada. Ele defende ainda que, caso haja a decisão pela suspensão, o envio de atividades para manter a cabeça dos estudantes ativa é um processo cansativo. Algumas cidades estão organizando grupos para dar assistência a pessoas em isolamento (*online* e telefone). Para aliviar os estudantes, ele defende que existem outras formas e gente mais capacitada para isso. Daniel, em seguida, afirma que concorda plenamente com a demanda do Israel em relação à comunicação. Ele lembra que foi criado um Comitê de crise no IFMG - *Campus* Avançado Itabirito, o qual está trabalhando no aprimoramento à comunicação à comunidade acadêmica neste momento turbulento. Esse comitê, segundo ele, publica em todas as sextas-feiras boletins informativos no *site* da instituição. Em seguida, o grupo passa para a votação. Cada membro poderia votar pela suspensão ou pela autorização à substituição de

atividades presenciais por atividades não presenciais. O resultado da votação foi o seguinte: 8 membros votaram pela suspensão do Calendário Acadêmico e 2 membros votaram pela substituição de aulas presenciais por atividades não presenciais. Dessa maneira, o Conselho Acadêmico decide por 8 votos a 2 pela suspensão do calendário. Dando encaminhamento, Daniel afirma que no próximo passo, a Direção deverá publicar uma Resolução suspendendo o Calendário Acadêmico por tempo indeterminado. Ele lembra que é possível que as férias docentes sejam modificadas. Ele informa ainda, que em relação às remoções e redistribuições, elas podem sofrer atrasos. Como haverá necessidade de reposições de aulas, a Direção Geral poderá negociar com os docentes em remoção ou redistribuição o melhor momento para que isso ocorra, tendo em vista não prejudicar a conclusão do calendário. Nesse momento, o grupo encaminha a discussão para o encerramento. Daniel agradece a presença de todos. Não havendo outra manifestação, eu Bruno da Silva Rossi lavrei a presente ata que após lida e aprovada foi assinada por todos os presentes.

Itabirito, 14 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Delfino França Fonseca, Diretor(a) Geral Pró-tempore**, em 14/04/2020, às 08:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **0546939** e o código CRC **7A6F6D7D**.

23810.000187/2020-64

0546939v1